

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

MENSAGEM DA DIRETORIA: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Hidrelétrica Teles Pires apresenta a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

PERFIL DA EMPRESA: A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (doravante denominada "CHTP"), constituída em 4 de novembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a implantação e exploração de Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. O aproveitamento hidrelétrico Teles Pires, empreendimento de infraestrutura contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, foi arrematado no último leilão de geração de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo Consórcio Teles Pires Energia Eficiente. No evento de dezembro o Consórcio Teles Pires Energia Eficiente saiu vencedor do leilão de concessão para implementação da Usina Teles Pires, com uma proposta de deságio de 33% em relação à tarifa-teto. Depois do leilão, foi criada a Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A, Sociedade de Propósito Específico (SPE), uma sociedade anônima de capital fechado, responsável por construir e fazer operar a UHE Teles Pires, que tem como acionistas as empresas Neoenergia (50,1%), Eletbras-Eletrosp (24,5%), Eletrobras-Furnas (24,5%) e Odebrecht Energia (0,9%). Em junho de 2011 foi assinado o contrato de concessão da UHE Teles Pires. A UHE Teles Pires terá potência instalada de 1.820 megawatts. O empreendimento se localiza no Rio Teles Pires, distante 330 km da junção com o Rio Juruena, ponto onde se forma o Rio Tapajós. O barramento está localizado na divisa dos estados de Mato Grosso e Pará, compreendendo os municípios de Paranaíba – MT e Jacareacanga – PA. O empreendimento está a 945 quilômetros de Curitiba, por via terrestre, e 85 quilômetros de Paranaíba, a cidade mais próxima. Toda energia gerada pela UHE Teles Pires seguirá por uma linha de transmissão de uso restrito, de 0,3 km, que se conectará na SE Paranaíba. A conexão ao Sistema Interligado Nacional – SIN será através de uma linha de transmissão de 500 KV, que será por ponto de conexão ao SIN na SE Ribeirãozinho no Estado do Mato Grosso, divisa com o estado de Goiás. A Licença de Instalação ("LI") nº 818/2011 foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011. A obtenção da LI marcou o início da montagem do canteiro de obras, sendo que em 19/11/2014 foi expedida pelo órgão licenciador a Licença de Operação ("LO") nº 1272/2014 Pelo cronograma de concessão apresentado, o início da obra de construção da primeira unidade foi marcado para 30 de abril de 2015 e a conclusão da montagem das unidades geradoras para 30 de setembro de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção: 85% no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36

por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e 15% serão destinados a comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

EVOUÇÃO DA OBRA: Após a liberação da Licença de Instalação ("LI") nº 818/2011 que foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, começaram os trabalhos de construção da UHE Teles Pires. No dia 19 de agosto 2011 foi assinado o contrato de empreitada integral Turn Key a preço global, para fornecimento de materiais, equipamentos e sistemas, montagem, serviços de engenharia, obras civis e comissionamento, com o Consórcio Construtor Teles Pires – CCTP. Este consórcio é composto pelas empresas: Odebrecht, Voith, Alstom, PCE e Intertranche. No dia 22 de agosto de 2011 a COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELES PIRES emitiu a Ordem de Serviço que autorizou o CCTP a dar início à mobilização dos recursos visando o início da construção da UHE Teles Pires. No ano de 2013, foi dado prosseguimento à construção da UHE Teles Pires, tendo sido cumpridos os Marcos Contratuais do Contrato de Concessão previstos para o ano: **Início da Construção da Casa de Força e Solicitação de Acesso para Conexão ao Sistema Interligado.** A final do ano de 2012, estavam em pleno funcionamento o Canteiro de Obras, com estruturas de alojamento referêntio e lazer. C. Estavam alojadas na Obra 3731 pessoas. O Acesso Definitivo foi liberado para tráfego e foram efetuadas adequações na Rodovia MT 206 para garantir a trafegabilidade no período chuvoso de 2012/2013. Foi iniciada a escavação dos três Túneis de Desvio, prosseguiram as escavações em rocha na área do Circuito Hidráulico da Subestação da Usina e foi iniciada a concretagem das Áreas de Descarga e Montagem, do Edifício de Controle, da Tomada D'água e dos Blocos de Ancoragem dos Condutores Forçados. Foi iniciada a Pré-Montagem, Pintura e Acabamento das peças componentes dos Condutores Forçados e dos Tubos de Sução.

Em dezembro de 2014, já com as estruturas principais prontas foi dado início no enchimento do reservatório e no comissionamento da unidade 1. A previsão da obra era de antecipação do cronograma de montagem, porém com atraso na linha de responsabilidade de terceiros a geração comercial seria postergada. **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:** A Companhia Hidrelétrica Teles Pires atua ativamente nas localidades onde está estabelecida, mantendo seu compromisso de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de convênios, ações sustentáveis, realização de obras, doações criteriosas, programas de meio ambiente, socioeconômico e diversas áreas, além da realização de diversos patrocínios culturais. Para compensar/mitigar as interferências causadas pelo empreendimento foi elaborado o Projeto Básico Ambiental – PBA, onde estão sendo contemplados 44 programas nas diversas áreas: ambiental, social, apoio à infraestrutura local, saúde pública, educação e outras. Há ainda programas socioambientais específicos para os projetos indígenas da área de influência do empreendimento. No ano de 2014 foram gerados uma média de 5,20 empregos diretos

tendo o seu pico mês chegando a cerca de 5.719 empregos diretos, sendo priorizada a mão-de-obra da própria região (Paranaíba, Alta Floresta e Jacareacanga). Neste ano de 2014 vários marcos foram alcançados na área socioambiental, demonstrando que os programas socioambientais estão sendo geridos dentro de um rigoroso acompanhamento dos cronogramas, onde podemos relacionar os seguintes itens de grande relevância e importância para o empreendimento: 1 – Recebimento do Prêmio Socioambiental Chico Mendes, Categoria Gestão Socioambiental Responsável, concedido pelo Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes; 2 – Recebimento do Prêmio HydroVision Brasil, categoria Melhor Projeto Ambiental, concedido pela Power-Gen Brasil; 3 – Obtenção da Licença de Operação expedida pela IBAMA, com a intervenção do IPHAM, FUNAI, MS/SVS e SPU; 4 – Início do enchimento do reservatório com aplicação do Plano de Enchimento aprovado pelo IBAMA; 5 – Realização do Workshop Transposição de Peixes da UHE Teles Pires; 6 – Entrega de todas as obras de compensação/equipamentos (PBA-30 e PBA-36) pactuados com os municípios da área de influência; 7 – Realização de Pesquisa demográfica domiciliar por amostragem em Paranaíba e Alta Floresta; 8 – Entrega do Plano de Desenvolvimento Regional aos municípios da área de influência do empreendimento; 9 – Entrega de equipamentos, veículos, realizações de oficinas e capacitações aos povos indígenas na área de influência do empreendimento; 10 – Implantação de todos os programas socioambientais sem nenhuma modificação no plano licenciador, demonstrando efetividade das ações implantadas e respeito à legislação; 11 – Realizado o I Seminário dos Resultados dos Programas Ambientais da AHE-TELES PIRES para a comunidade local; 12 – Atendimento aos Princípios do Equador e aos requisitos do Banco do Brasil para liberação do financiamento para o empreendimento; 13 – Conclusão e entrega das obras do Herbário a Universidade do Estado do Mato Grosso (UFMT) demonstrando compromisso com a comunidade científica da região.

AUDITORES INDEPENDENTES: Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de Janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis, para um período de 1 (um) ano. **AGRADECIMENTOS:** Os resultados alcançados demonstram a qualidade na implantação dos programas socioambientais, comprovados com a extensão sua abrangência que refletem na população local e no desenvolvimento sustentável promovido na região. Nosso reconhecimento na qualidade, inovação e empreendedorismo utilizado pela equipe de profissionais da UHE Teles Pires. Estendermos nossos Agradecimentos aos acionistas, ao Conselho Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, as Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

| BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em milhares de reais | | | |
|--|------|------------------|------------------|
| Ativo | Nota | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
| | | (Reapresentado) | (Reapresentado) |
| | | (Nota 2.2) | (Nota 2.2) |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 5 | 67 | 681.161 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 12.296 | 46.653 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 548 | 1.084 |
| Impostos a recuperar | 7 | 10.918 | 5.095 |
| Outras contas a receber | 11 | 4.679 | 1.148 |
| | | 28.508 | 735.141 |
| Não Circulante | | | |
| Créditos fiscais | 10 | 18.383 | - |
| Impostos a recuperar | 7 | - | 28.967 |
| Imobilizado | 8 | 4.438.778 | 3.244.797 |
| Intangível | 9 | 109.991 | 97.824 |
| | | 4.567.152 | 3.371.588 |
| Total do ativo | | 4.595.661 | 4.106.729 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais | | | |
|---|----------------|------------------------|----------------------|
| | Capital social | Capital a integralizar | Prejuízos acumulados |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 1.135.218 | (389.925) | (19.847) |
| Capital integralizado | 632.057 | 389.925 | - |
| Prejuízo do exercício | - | - | (15.880) |
| Lucro do exercício | 1.767.275 | - | (35.727) |
| Em 31 de dezembro de 2013 | | | |
| Lucro do exercício | - | - | 45 |
| Em 31 de dezembro de 2014 | | | |
| | 1.767.275 | - | (35.682) |

A Companhia não possui outros resultados abrangentes. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (doravante denominada "Companhia") com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, constituída em 4 de novembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a exploração da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com potência instalada de 1.820 MW, e seu sistema de transmissão associado, localizado no Rio Teles Pires, nos Municípios de Paranaíba, Estado do Mato Grosso e Jacareacanga, Estado do Pará, em consonância com as regras emanadas no leilão do empreendimento, com seu contrato de concessão e demais regras aplicáveis. As atividades da Companhia são regulamentadas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, em 7 de junho de 2011, foi firmado o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para geração de energia elétrica nº 02/2011 (doravante designado "Contrato de Concessão"), entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica. O referido Contrato de Concessão é regido pelo Código de Águas, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 852/1938, pelo Regulamento do Serviço de Energia Elétrica, aprovado pelo Decreto nº 41.019/1957, pelas Leis nº 8.987/1995, nº 9.074/1995, nº 9.427/1996, nº 9.648/1998, nº 10.848/2004, e alterações. O prazo do Contrato de Concessão é de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura. No termo final, todos os bens e instalações vinculadas à Hidrelétrica Teles Pires S.A. passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente. A Licença de Instalação ("LI") nº 818/2011 foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, sendo válida pelo período de 4 anos. A obtenção da LI marcou o início da montagem do canteiro de obras. De acordo com o cronograma, a primeira unidade geradora teve o pedido de apto a operação comercial solicitada para a ANEEL em janeiro de 2015, quatro meses antes do prazo contratual que é abril de 2015. As demais unidades geradoras também estão em fase adiantada de montagem em relação ao contrato de concessão. O início da operação comercial depende da conclusão das linhas de transmissão, de responsabilidade da Matrinchá, que está em desenvolvimento com acompanhamento da ANEEL. Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. e comercializada pela Companhia ocorrerá em maio de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção: * 85% no Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e 15% serão destinados a comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"). A Companhia está incorrendo em gastos relacionados com a implantação do aproveitamento hidrelétrico, os quais de acordo com as projeções financeiras deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização dos ativos imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos, dar-se-á a partir do início das operações. Em 19 de agosto de 2011, foi firmado um contrato em regime EPC ("Engineering Procurement and Construction"), no qual o Consórcio Construtor Teles Pires S.A. foi contratado para executar o projeto e as obras civis, fornecer e montar os equipamentos eletromecânicos do empreendimento. A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 35.682 e capital circulante líquido negativo de R\$ 187.733 que será absorvido durante o ano de 2015 com recursos aportados pelos acionistas. De acordo com o fluxo de caixa para o próximo exercício, estão previstos aportes de capital dos acionistas no valor de R\$ 340.500 e receitas contratuais de R\$ 298.859 que serão suficientes para cobrir todos os passivos existentes e a continuação e término das obras. Nos doze primeiros meses do exercício de 2015, já foram aportados R\$ 151.000. A administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras em 6 de março de 2015. **1.1 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.** A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto às Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão utilizados no ativo imobilizado, a alíquota zero, conforme publicação do Diário Oficial em 17 de novembro de 2011. **1.2 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):** A Companhia foi beneficiada com diferimento do DIFAL, pelo Decreto 768 do Governo do Estado do Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de 14 de outubro de 2011. O decreto difere o lançamento do diferencial de alíquota - DIFAL, para o momento da saída subsequente à aquisição do bem. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas com o objetivo específico de prestar informações aos acionistas, Neoenergia, Furnas, Eletrobras e Odebrecht Energia. **2.2 Reapresentação das cifras comparativas:** Em consonância com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças em Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013 e as informações contábeis relativas estão representadas, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes do seguinte assunto: (a) A Companhia não vinha registrando as obrigações referentes aos acordos firmados com o Ibama e com a Funai, realizados para a execução da construção da usina, e que, em alguns casos se estenderá pelo prazo de concessão. Conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia Hidrelétrica Teles Pires ajustou retroativamente as informações financeiras comparativas anteriormente apresentadas, para que o mesmo procedimento seja aplicado em todos os períodos incluídos nestas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações financeiras comparativas estão sendo representadas. A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes e reclassificações sobre os saldos em 31 de dezembro de 2013:

| Ativo | 01/01/2013 | Ajustes (a) | 01/01/2013 |
|---|-------------------|--------------------|-------------------|
| | (Divulgado) | | (Reapresentado) |
| Circulante | 127.824 | - | 127.824 |
| Não Circulante | 8.886 | - | 8.886 |
| Imobilizado | 1.449.811 | 213.435 | 1.663.246 |
| Intangível | 89.085 | - | 89.085 |
| Total do ativo | 1.675.606 | 213.435 | 1.889.041 |
| Passivo e patrimônio líquido | 01/01/2013 | Ajustes (a) | 01/01/2013 |
| | (Divulgado) | | (Reapresentado) |
| Circulante | 87.599 | - | 87.599 |
| Fornecedores | 3.268 | - | 3.268 |
| Impostos a recolher | 1.797 | - | 1.797 |
| Obrigações de ressarcimento | - | 126.072 | 126.072 |
| Obrigações de meio ambiente | 437 | - | 437 |
| Outros passivos circulantes | 93.099 | 126.072 | 219.171 |
| Não Circulante | - | 87.363 | 87.363 |
| Obrigações de meio ambiente | 89.085 | - | 89.085 |
| Uso do bem público | 767.976 | - | 767.976 |
| Empréstimos | 857.061 | 87.363 | 944.424 |
| Patrimônio líquido | 725.446 | - | 725.446 |
| Total passivo e patrimônio líquido | 1.675.606 | 213.435 | 1.889.041 |
| Ativo | 31/12/2013 | Ajustes (a) | 31/12/2013 |
| | (Divulgado) | | (Reapresentado) |
| Circulante | 67.599 | - | 67.599 |
| Não Circulante | 28.967 | - | 28.967 |
| Imobilizado | 3.031.362 | 213.435 | 3.244.797 |
| Intangível | 97.824 | - | 97.824 |
| Total do ativo | 3.893.294 | 213.435 | 4.106.729 |
| Passivo e patrimônio líquido | 31/12/2013 | Ajustes (a) | 31/12/2013 |
| | (Divulgado) | | (Reapresentado) |
| Circulante | 128.554 | - | 128.554 |
| Fornecedores | 2.602 | - | 2.602 |
| Impostos a recolher | 1.889 | - | 1.889 |
| Obrigações de ressarcimento | - | 126.072 | 126.072 |
| Obrigações de meio ambiente | 8.891 | - | 8.891 |
| Outros passivos circulantes | 141.936 | 126.072 | 268.008 |
| Não Circulante | - | 87.363 | 87.363 |
| Obrigações de meio ambiente | 89.084 | - | 89.084 |
| Uso do bem público | 97.824 | - | 97.824 |
| Empréstimos | 1.921.986 | - | 1.921.986 |
| Patrimônio líquido | 2.019.810 | 87.363 | 2.107.173 |
| Total passivo e patrimônio líquido | 3.893.294 | 213.435 | 4.106.729 |

2.3 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ponderado de capital quando da aquisição da concessão. **2.4 Fornecedores:** As contas a pagar dos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.5 Obrigações de ressarcimento:** Refere-se principalmente ao ressarcimento dos custos com o desenvolvimento dos Estudos de Inventário e de Viabilidade. **2.10 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, incluindo os custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é conhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **2.11 Resultado:** É basicamente representado por gastos administrativos e receitas e despesas financeiras

| | 2014 | 2013 |
|---|-----------|-----------|
| Total dos empréstimos (Nota 13) | 2.563.613 | 1.921.986 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5) | (67) | (681.161) |
| Dívida líquida | 2.563.546 | 1.240.825 |
| Total do patrimônio líquido | 1.731.593 | 1.731.548 |
| Total do capital | 4.295.139 | 2.972.373 |
| Índice de alavancagem financeira - % | 60 | 42 |

O aumento no índice de alavancagem financeira em 2014 foi decorrente, principalmente, da elevação do nível de financiamentos visando o encerramento da obra. O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado. **5. Caixa e equivalentes de caixa**

| Descrição | 2014 | 2013 |
|--|-----------|----------------|
| Fundo fixo | - | 1 |
| Bancos conta movimento | 67 | 1 |
| Cota do fundo BB-pol028 do Banco do Brasil | - | 681.159 |
| Circulante | 67 | 681.161 |

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. As aplicações financeiras são formadas, por fundos de investimentos restritos, visando a melhor rentabilidade com o menor nível de risco. A companhia tem como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do colista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia. Na última semana de 2013 o BNDES, efetuou a liberação de mais uma parcela do financiamento, no valor de R\$560.000 que foi utilizado para o pagamento de fornecedores ao longo do mês de janeiro, o que elevou o saldo da conta em 31 de dezembro de 2013. **6. Títulos e valores mobiliários**

| | 2014 | 2013 |
|--|--------|--------|
| Títulos negociados no mercado - mantidos para negociação | - | - |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | - | 11.572 |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDB | 10.895 | 28.603 |
| Debêntures | 1.401 | 6.478 |
| | 12.296 | 46.653 |

Os títulos apresentados na rubrica compõem a carteira de título mantido pela acionista Neoenergia S.A. O saldo do fundo classificado em TVM é composto por debêntures, títulos públicos e CDBs. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão apresentados em "Atividades de investimento" como parte das variações do capital circulante na demonstração dos fluxos de caixa. As variações dos valores justos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão registradas no ativo imobilizado como reductor dos custos de empréstimos que estão sendo capitalizados.

7. Impostos e Contribuições a Recuperação

| | 2014 | 2013 |
|--|---------------|--------------|
| Imposto de Renda - IR | 10.918 | 5.095 |
| Circulante | 10.918 | 5.095 |
| Não Circulante | - | 28.967 |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS | 10.918 | 34.062 |

O ativo de Imposto de Renda (IR) corresponde ao montante de imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo em 2013 está composto pelo ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados à construção da Usina, registrado com base na Lei Complementar 102, de 11 de julho de 2000. A Companhia transferiu o saldo dos valores contabilizados a longo prazo para o custo de construção do ativo por não ter identificado, nesta data, possibilidade futura de recuperação através de compensação destes valores. **8. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme as taxas anuais para o imobilizado em uso descritas abaixo:

| Taxa anual de Depreciação % | 2014 | 2013 |
|---|------------|------------|
| Móveis e utensílios | 10 | 173 |
| Equipamentos de informática | 20 | 197 |
| Beneficiários em propriedade de terceiros | 283 | 283 |
| (-) Depreciação acumulada | (493) | (175) |
| Em curso | 160 | 478 |
| Gastos a reatear (a) | 764.752 | 326.367 |
| Engenharia de projetos | 95.673 | 75.197 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 2.136.544 | 1.722.912 |
| Ferros | 37.820 | 15.887 |
| Máquinas e equipamentos | 513.640 | 288.941 |
| Veículos | 1.167 | 1.081 |
| Adiantamentos a fornecedores (b) | 836.463 | 767.496 |
| Depósitos judiciais (c) | 52.590 | 46.169 |
| Móveis e utensílios (d) | 169 | 269 |
| | 4.438.318 | 3.244.319 |
| | 4.438.778 | 3.244.797 |

(a) Gastos atrelados à construção da usina, que serão rateados aos bens na final da construção. Neste montante estão incluídos os custos financeiros de empréstimos no valor de R\$ 216.073, além dos gastos de construção, mão de obra, encargos, montagens diversas, etc. (b) Referem-se aos valores adiantados decorrente do contrato firmado com o Consórcio Construtor Teles Pires S.A., (c) Referente aos depósitos judiciais de disputa com relação a terrenos desapropriados. **Movimentação do Imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:**

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO | | | |
|---|------|----------|----------|
| | Nota | 2014 | 2013 |
| Em milhares de reais | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 21 | (17.647) | (14.929) |
| Prejuízo operacional | | (17.647) | (14.929) |
| Despesas financeiras | | (691) | (951) |
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | | (18.338) | (15.880) |
| Impostos ativos diferidos | 10 | - | - |
| Imposto de renda | | 13.517 | - |
| Contribuição social | | 4.866 | - |
| | | 18.383 | - |
| Lucro (prejuízo) do exercício | | 45 | (15.880) |
| Lucro (prejuízo) básico e diluído do exercício por ação (R\$) | | - | (10) |

| Composição acionária | Quantidade de ações | Participação - % |
|----------------------------------|---------------------|------------------|
| Teles Pires Participações S.A. | 1.751.370 | 99,1 |
| Odebrecht Energia do Brasil S.A. | 15.905 | 0,9 |
| | <u>1.767.275</u> | <u>100,0</u> |

A Teles Pires Participações S.A. tem como acionistas a Neoenergia S.A. Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Furnas Centrais Elétricas S.A. com percentual de participação acionária de 50,56%, 24,72% e 24,72% respectivamente. **18. Partes relacionadas:** Conforme apresentado na nota 5, a Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2014, aplicações financeiras composta por fundos de investimentos exclusivos, mantidos pela acionista Neoenergia S.A. Não existem outras transações com partes relacionadas. **19. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros basicamente relacionados a aplicações financeiras em fundo exclusivo, classificadas em caixa e equivalentes (Nota 5) e títulos e valores mobiliários (Nota 6), as quais têm liquidez diária e são mantidas a valor de mercado. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco até 31 de dezembro de 2014. As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas. **20. Contingências:** (a) Ações cíveis: A Companhia é parte envolvida em quatro processos legais, com natureza de Ação Cível Pública no que lunge a parte ambiental do empreendimento. Tais processos têm prognóstico de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos.

| Ação | Valor envolvido (R\$ mil) | Prognóstico de perda |
|---|---------------------------|----------------------|
| 1. Situação irregular dos termos de pactuação com municípios (Nº 8006-03.2011.4.01.3603) | 16.500 | Possível |
| 2. Situação irregular com relação à legislação estadual do Mato Grosso (Nº 0007742-83.2011.4.01.3603) | 1.000 | Possível |
| 3. Descumprimento dos termos firmados com municípios de Alta Floresta e Paranaíta (Nº 559.29.2013.811.0095) | 41.696 | Possível |

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires firmou programas ambientais com o IBAMA, e Indígena com a Funai visando a obter o licenciamento da UHE Teles Pires, desta forma encorreu as ações referentes a consulta prévia e ao estudo do componente indígena. (b) Claims do Consórcio Construtor. Em 2011 foi assinado com o Consórcio Construtor Teles Pires – CHTP um contrato de turn-key para construção da UHE Teles Pires. Em 10/2012 e 11/2013 a Companhia recebeu cartas referentes a atrasos diversos causados por paralisações da obra, cujos montantes iniciais solicitados seriam de R\$ 116.033 e R\$ 24.407 respectivamente. Em 4/2014, parte deste saldo foi liquidada pela Companhia no montante de R\$ 31.598 referente ao pleito de R\$ 42.405. Os demais valores no montante de R\$ 98.035 serão avaliados de forma independente por uma consultoria técnica a ser contratada. Este saldo atualizado, conforme fórmula paramétrica do contrato representa em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 129.888. Adicionalmente, em junho de 2014, foi recebida nova solicitação do CHTP referente a impactos financeiros causados por serviços adicionais oriundos de modificação do projeto básico após a identificação de falha geológica no eixo da barragem, totalizando R\$ 162.590 a valores de dezembro de 2014. Serão contratadas empresas de engenharia para análise dos projetos e valores, outra especialista em geologia e uma terceira para consolidar os trabalhos de análise do pleito. Ambos os pleitos, totalizando cerca de R\$ 292.000 em valores atualizados em 31 de dezembro de 2014, estão em fase de avaliação preliminar cujo desfecho ou cômputo de valor não podem ser mensurados com razoável segurança. Dessa feita, não há provisão registrada em 2014 ou 2013. Caso haja a definição de pagamento de qualquer quantia vinculada aos pleitos, será adicionada ao custo de formação do ativo imobilizado e

realizado via depreciação ao longo da vida útil-econômica da usina. **21. Custos e despesas operacionais:** Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

| Despesas | 2014 | 2013 |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Pessoal | (6.371) | (5.874) |
| Honorários de diretoria e conselhos | (1.570) | (1.149) |
| Aluguéis | (519) | (668) |
| Viagens | (1.180) | (1.077) |
| Serviços de terceiros | (4.904) | (4.521) |
| Despesas com Alimentação | (583) | - |
| Publicidade | (97) | - |
| Energia elétrica | (39) | - |
| Tributos | (607) | - |
| Jornais e revistas | (12) | - |
| Outras despesas operacionais | (1.755) | (1.640) |
| Total despesas | <u>(17.647)</u> | <u>(14.929)</u> |

22. Cobertura de seguros (Não auditado). A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da administração. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela companhia está demonstrado a seguir:

| Riscos | Data da vigência | Importância segurada | Prêmio |
|------------------------------|--|----------------------|--------|
| Garantia de fiel cumprimento | 13 de março de 2011 a 8 de janeiro de 2016 | 166.427 | 2.588 |

O contrato com o consórcio construtor, tem a previsão da contratação de seguros para, transportes de equipamentos, seguro de riscos de engenharia para obras civis e montagem, seguro de responsabilidade civil, seguros para protegerem os funcionários, todos de responsabilidade do consórcio e verificado pela administração do contrato. **23. Compromissos: Compromissos advindos do Contrato de Concessão:** (a) **Garantia de fiel cumprimento:** A garantia de fiel cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão, prestada pela Companhia conforme Edital de Leilão nº 04/2010-ANEEL, no montante de R\$ 166.427 (atendido através de seguro-garantia firmado com Tokio Marine Brasil Seguradora S.A., cujo prêmio foi pago antecipadamente e deverá ser amortizado pelo prazo de vigência da apólice), vigorará até três meses após o início da operação comercial da última unidade geradora da Usina Hidrelétrica Teles Pires, podendo ser substituído por novas garantias, de valor progressivamente menor, à medida que, de acordo com a fiscalização da ANEEL, atingir os marcos descritos a seguir:

| Marco | Percentual liberado do montante inicial da garantia |
|--|---|
| Conclusão das instalações das centrais de britagem e concretagem | 20 |
| Início da concretagem da casa de força | 30 |
| Início da operação comercial de primeira unidade geradora | 40 |
| Início da operação comercial de unidade geradora que integraliza 50% da potência total | 85 |
| Final do terceiro mês posterior ao início da operação comercial da última unidade geradora | 100 |

(b) **Pesquisa e desenvolvimento:** Aplicar anualmente o montante mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/2000, alterada pela Lei nº 10.848/2004. A Companhia deve apresentar à ANEEL, anualmente, um programa contendo ações e metas físicas e financeiras, bem como a comprovação do cumprimento

das obrigações junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. (c) **Compromissos ambientais:** Conforme mencionado na Nota 1 "Informações gerais", a Companhia obteve a Licença de Instalação 818/2011 emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, válida por 4 anos referente ao barramento da Usina de Teles Pires contendo exigências para implementação de planos e programas sócio-ambientais. Além disso foram assinados Termos de Compromisso entre a Companhia e os municípios que a UHE Teles Pires exerce influência: Município de Paranaíta (Estado do Mato Grosso), município de Alta Floresta (Estado do Mato Grosso) e município de Jacareacanga (Estado do Pará). A Administração da Companhia demonstra gestão para o cumprimento das condicionantes descritas na licença de instalação, executando os programas exigidos pelo IBAMA. Registre-se que em 19/11/2014, após análise pelo IBAMA e intervenientes no processo de licenciamento ambiental da UHE Teles Pires foi expedida e Licença de Operação nº 1272/2014. Em 31 de dezembro de 2014, os principais programas apresentavam o status descrito abaixo: **• PACM - Estado do Mato Grosso:** A pendência do ano anterior que era a entrega do Depósito de Insumos foi concluída com o recebimento definitivo da obra para Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso em 15/12/2014. **• PACM - Município de Paranaíta/MT:** Foi entregue a obra do Depósito de Insumos com o recebimento definitivo do município em 01/09/2014. Ainda a obra de reforma da lavanderia e construção da garagem de veículos no Hospital Municipal, em substituição a mão de obra do digitador autorizada pela Secretaria de Vigilância e Saúde foi concluída e entregue em 17/12/2014. O apoio de fornecimento de mão de obra de microscopista continua até julho/2015. **• PACM - Município de Alta Floresta/MT:** Todas as ações foram cumpridas com o município. O apoio de fornecimento de mão de obra de microscopista continua até julho/2015. **• PACM - Município de Jacareacanga/MT:** Todas as ações foram cumpridas com o município. O apoio de fornecimento de mão de obra de microscopista continua até julho/2015. **• Termo de Compromisso - Município de Paranaíta/MT:** Conforme pactuado entre a CHTP e o município de Paranaíta referente ao Subprograma de Compensação Financeira, ficou estabelecido que o empreendedor investisse um total de R\$ 5.760, nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, Infraestrutura e Segurança Pública. Frente a isso, a CHTP já executou todas as obras de compensações conforme indicado pela Prefeitura, e ainda, iniciou a utilização do fundo garantidor para suprir as demandas e indicações por parte do poder público, e do grupo de trabalho com representantes do Ministério Público, Prefeitura e CHTP. Ao todo, foram investidos a mais do previsto um total de R\$ 2.763, do fundo garantidor, dentre elas: compra de equipamentos para a Delegacia de Polícia Civil provisória em Paranaíta; Aluguel da Delegacia provisória, construção da nova Delegacia de Paranaíta (custeio de 50% do valor da obra R\$ 444), construção do Terminal Rodoviário de Paranaíta, projeto de ampliação do DAE e da Rede de abastecimento de água, todos concluídos e entregues. **• Termo de Compromisso - Estado Pará:** Concluído. A Companhia está ciente da importância do atendimento integral da Licença de Operação nº 1272/2014 e de todas as exigências contempladas nos Termos de Compromisso e Programas Socioambientais visando a manutenção de sua licença.

Programas Socioambientais: (a) PBA e PBA - Componente Indígena: A Companhia Hidrelétrica Teles Pires firmou programas Ambientais com o IBAMA, e Indígena com a Funai visando a obter o licenciamento da UHE Teles Pires, para execução dos sub-programas abaixo: Para execução dos sub-programas a Companhia Hidrelétrica Teles Pires orçou em R\$ 317.739 onde já incorreu até dezembro valor de R\$ 232.247. Segregação entre curto e longo prazo do saldo a pagar:

| | 2014 | 2013 |
|----------------|---------------|----------------|
| Curto Prazo | 85.491 | 126.072 |
| Longo Prazo | - | 87.363 |
| T total | 85.491 | 213.435 |

24. Eventos subsequentes: Em 10 de fevereiro de 2015, foi assinado Termo de Compromisso entre a ANEEL e a CHTP estabelecendo as condições e os prazos das obrigações de fornecimento de energia elétrica por parte da UHE Teles Pires, previstas nos Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) assinados em decorrência do Leilão de Energia nº 004/2010 (A-5/2010), para o período do atraso da entrada em operação das instalações de decantação objeto do Contrato de Concessão nº 12/2012, de responsabilidade de terceiros e necessárias ao escoamento de energia a ser produzida pela UHE Teles Pires.

| | |
|---|---|
| Erik da Costa Breyer | Presidente do Conselho de Administração |
| Alejandro Roman Arroyo | Conselho de Administração |
| Ronaldo dos Santos Custódio | Conselho de Administração |
| Celso Sant'anna | Conselho de Administração |
| Augusto Roque Dias Fernandes Filho | Conselho de Administração |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Luiz Cláudio Ramirez Nunes | Diretor Administrativo Financeiro |
| Carlos José Ferreira | Diretor Técnico |
| Marcos Duarte | Diretor Ambiental |

| |
|-------------------------------|
| Ronaldo Borges Andrade |
| Contador |
| CRC: RJ051.927/0-8 |
| CPF: 435.567.877-68 |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As Administradores e Acionistas Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados

para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase.** Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia tem aplicado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do

exercício no montante de R\$ 187.733. Esse cenário denota a dependência do suporte financeiro de seus acionistas. Ainda, a recuperação dos ativos, notadamente os bens do imobilizado, dar-se-á com a entrada em operação da usina e a realização de seu plano de negócios. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto. **Restrição de uso.** Este relatório é para uso exclusivo dos acionistas da Neoenergia, Furnas, Eletrosul, Odebrecht Energia e seus auditores independentes em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e não deve ser utilizado para qualquer outro propósito, bem como não deve ser publicado nem apresentado ou distribuído a outras partes. Rio de Janeiro, 06 de março de 2015
 PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ
 Guilherme Naves Valle
 Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ